

VEZ & VOZ



Informativo da Associação Cearense do Ministério Público
Fortaleza-CE - Ano IV - Nº 17 - Setembro/Outubro/2005

Editorial

Esta edição traz vários assuntos pertinentes aos anseios da classe, destacando os posicionamentos da Associação Cearense do Ministério Público em relação à luta institucional. No tocante à unidade do Ministério Público, devemos ressaltar que os embates éticos e jurídicos travados pela entidade contam com o apoio incondicional e valioso dos Promotores, bem como de grande parte dos Procuradores de Justiça.

Assim, o Informativo retrata em suas matérias esta disposição à mudança de uma ordem engessada que não atende nem aos anseios da Instituição, nem aos da própria sociedade a quem o *Parquet* tem como missão proteger.

Com esta linha editorial, destacamos a decisão do Colégio de Procuradores em relação à eleição do cargo de Procurador-Geral. A matéria faz menção ao Manifesto firmado por 16 Procuradores que diante de um expressivo número de Promotores mostrou o compromisso da Instituição com a democracia. Em uma histórica sessão extraordinária, o colegiado deliberou que no dia 02 de dezembro seja realizada a eleição que definirá a lista tríplice para o cargo de chefia ministerial.

Em um ato de solidariedade e compromisso institucional, os membros da diretoria da CONAMP REGIÃO NORDESTE reuniram-se em Fortaleza. Este movimento pró-legalidade conseguiu garantir que no prazo máximo de trinta dias, a contar da ocupação interina do cargo, fosse realizada a eleição de Procurador-Geral.

Há duas notícias com enfoques relativos aos Juizados Especiais, a primeira divulga a posse do Promotor de Justiça Tadeu Sobreira Sales como novo titular eleito da Secretaria Executiva, e a outra faz menção ao trabalho da Promotoria do Monte Castelo no bairro do Pirambú, orientando a comunidade sobre o referendo.

Outra matéria divulga a Promotoria de Orós onde é ressaltada iniciativas inéditas nos ca-

sos de penas alternativas. O "Vez e Voz" também faz a cobertura do aprimoramento funcional e cultural dos colegas, com o lançamento noticiado de três livros dos seguintes autores: "Pronunciamentos Ministeriais", de autoria do Promotor de Justiça Tadeu Francisco Sobreira Sales; "Jurisdicionalidade Reprimida e Atendimento ao Público", do colega ministerial José Arteiro Soares Goiano; "Unidades de Conservação", do Promotor de Justiça Manuel Adelfo de Façanha e Gonçalves.

Ao final, são focalizados eventos dentre os quais o curso de tiro (defesa e pessoal) para Promotores e a premiação da revista "MP & Sociedade" no Congresso Brasileiro dos Assesores de Comunicação da Justiça (CONBRASCOM 2005).

Posicionamentos institucionais da ACMP

A Associação Cearense do Ministério Público vem incessantemente lutando em favor da classe com unidade e fortalecida. Preservando, assim, a continuidade do respeito de todos os setores da sociedade.

Dentro desse contexto os muitos posicionamentos institucionais tomados obtiveram gratificantes e valorosos êxitos. E cabe aqui ressaltar que essas posições tiveram um apoio incondicional e valioso, direta ou indiretamente, de uma grande parte dos Procuradores de Justiça, bem como de outros colegas que estão sempre preocupados com a moralidade institucional.

Das inúmeras iniciativas que a ACMP se posicionou algumas merecem destaque por serem tão relevantes no fortalecimento da classe ministerial do nosso Estado. Uma delas refere-se à vaga para compor o Quinto Constitucional. Para Associação era imprescindível a impessoalidade na eleição, pois sabia-se que o preenchimento da vaga caberia a um membro do Ministério Público.

Diante da situação, em setembro, a Diretoria da Associação definiu sua posição em relação à vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. A ACMP enviou requerimento ao Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará propondo que se observasse o princípio constitucional da impessoalidade.

Para que tal fato ocorresse, a Associação propôs que ficasse impedido de votar e presidir a sessão do Conselho Superior quem pleiteasse a

eleição de seu nome para a composição da lista sêxtupla. Neste caso, os membros impedidos deveriam ser substituídos por seus suplentes.

De acordo com a Diretoria da ACMP esta atitude eliminaria um paradoxo no atual processo quando se observava que os integrantes do Conselho Superior além de poderem votar em si, seriam no mesmo momento votados pelos demais pares. Neste cenário haveria uma diminuição considerável e impossível da escolha de quem não pertença a esse Colegiado, ou não tenha a sua simpatia, perdendo por esta via a legitimidade democrática.

Outro posicionamento que gerou mais uma conquista para a classe ministerial foi a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará no tocante à eleição ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Os 16 Procuradores de Justiça (Benjamim Alves Pacheco, Eliani Alves Nobre, Francisco Arlindo Ribeiro de Amoreira, Francisco Gadelha da Silveira, Francisca Idelária Pinheiro Linhares, Francisco Lincoln Araújo e Silva, José Maurício Carneiro, Maria Nailê Carlos Peixoto, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, Maria Perpétua Nogueira Pinto, Oscar D'Alva e Souza Filho, Raimundo Ribeiro Moreira, Rita Maria de Vasconcelos Martins, Vera Lúcia de Carvalho Brandão, Vera Lúcia Correia Lima e Zélia Maria de Mo-

raes Rocha) em sessão extraordinária determinaram para o dia 2 de dezembro próximo a eleição que definirá a lista tríplice ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará.

A resposta do Colégio de Procuradores foi, sem dúvida, resultado da incisiva atuação da Associação Cearense do Ministério Público que desde o começo defendeu a predominância da Lei, no caso, a Constituição Federal (Lei Maior) cujo artigo 128 § 3o. preceitua que o Procurador-Geral de Justiça deve ser escolhido pelo chefe do Executivo, após elaboração de lista tríplice.

Vale destacar que o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia se posicionado sobre o assunto, decidindo que em caso de vacância (é o que ocorre agora com a saída da Dra. Iracema) sempre haverá a necessidade de abertura de novo processo sucessório (eleição para a escolha do novo Procurador-Geral de Justiça para o período de dois anos).

“É questão de garantia da Instituição, da qual não se pode dispor, muito menos em nome de projetos pessoais. A ACMP defende a Lei Maior. A eleição é direito irrefutável dos membros do *Parquet*”, avalia o presidente da ACMP, Francisco Gomes Câmara.

Com a saída da atual Procuradora-Geral de Justiça,

Iracema do Vale, que ocupa agora o cargo de Desembargadora, o Colégio de Procuradores de Justiça definiu, então, que quem conduziria a Instituição durante o processo eleitoral para a escolha do novo Procurador seria o membro do Colégio mais antigo, conforme dispõe a Lei Orgânica Estadual. Esta decisão do Colégio veio ao encontro da posição que a ACMP defendia.

Assim o Colégio considerou ineficaz o ato de nomeação do vice Procurador-Geral feito pela então Procuradora-Geral, Iracema do Vale, e estabeleceu que a transição seria feita pelo decano do Colégio. Estava anunciado, então, o fim do mandato tampão a ser assumido pelo Procurador de Justiça Nicéforo Fernandes. Dessa forma, como na escala de sucessão por Antigüidade, este membro do Ministério Público encontrava-se na 5ª co-

locação, três dos antecessores renunciaram à prerrogativa do cargo e a decana Vera Lúcia Correia Lima, arguindo o princípio da moralidade administrativa, se julgou impedida de dirigir o Ministério Público por ser candidata já inscrita para concorrer ao Conselho Superior do Ministério Público. Por isso, ele foi designado Procurador-Geral interino pelo Colégio de Procuradores. Nesta transição, o cargo está sendo ocupado de acordo com uma regra legal e não por um ato discricionário.

Diante dessa atuação da ACMP no que tange à valorização e defesa da classe ministerial, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) decidiu então apoiar a entidade. O apoio veio em forma de moção divulgada durante reunião da Associação Nacional – região

Nordeste, que ocorreu em outubro, em Fortaleza.

A moção mostrava claramente o posicionamento da CONAMP no que concerne ser inadmissível um mandato tampão na Procuradoria Geral de Justiça, fortalecendo, assim, a posição da ACMP (*Veja na íntegra a moção de apoio da entidade nacional no final da matéria.*)

Para a Diretoria da ACMP mesmo com tantos posicionamentos fortes que buscam a unicidade da classe ministerial, ainda há muito o que fazer e muitos paradigmas a quebrar. Para a construção de um Projeto Institucional unificado, cuja a maior finalidade seja a moralidade da Instituição e de seus membros é necessário uma classe imbuída no comprometimento de um *Parquet* rejuvenescedor, restaurador e que honre os princípios constitucionais.

CONAMP Região Nordeste

“A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP Região Nordeste – vem a público apresentar moção de apoio à ASSOCIAÇÃO CEARENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – ACMP E AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, no sentido de que, com a vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, seja fixado, no prazo máximo de trinta dias, a eleição para o preenchimento da vaga, conforme determinação do art. 128, §3º, da Constituição Federal e assim já decidiu o Supremo Tribunal Federal – STF.

Por oportuno, reiteramos ser mencionada norma constitucional auto-aplicável, porquanto de-



Conamp Nordeste apoia decisão da ACMP

finidora da independência e da autonomia da Instituição ministerial, definindo investidura do PGJ por período certo de dois

anos, precedido de eleição (elaboração da lista tríplice) por todos os membros da carreira.

Fortaleza, 25 de outubro de 2005”

Tadeu Sobreira é novo titular da Secretaria Executiva dos Juizados Especiais

O Promotor de Justiça Tadeu Francisco Sobreira Sales é o novo titular da Secretaria Executiva das Promotorias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. O membro do Ministério Público estadual venceu eleição ocorrida na Procuradoria Geral de Justiça, quando disputava a vaga com a Promotora de Justiça Roberta Coelho Maria Alves Sabino, atuante na 16ª unidade.

A posse do novo Secretário Executivo das Promotorias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais ocorreu em outubro, na reunião do Conselho dos Órgãos Colegiados. A titular da Secretaria era a Promotora de Justiça Maria do Socorro Gurgel de Alencar.

Dentre as ações propostas para a nova gestão estão planejamento e execução do 1º semi-

nário dos Juizados Especiais; realização de debates com órgãos do meio ambiente; reuniões com representantes de entidades que lidam com os idosos e/ou que atuam nos conselhos tutelares; intensificação de eventos culturais proporcionando o estreitamento do intercâmbio entre os Juizados e a comunidade.

O Promotor de Justiça Tadeu Sobreira respondia pela 8ª unidade do Juizado Especial. Ele está no Ministério Público desde 1974. Atuou em várias comarcas, dentre elas Milagres, Aurora, Mauriti, Barro e Crateús, antes de ser promovido para assumir a 7ª Vara Criminal em Fortaleza, em 1990. Na Capital, respondeu por várias Promotorias como as 10ª, 15ª e 17ª Varas Criminais.

Ao Secretário Executivo compe-



Dr. Tadeu Sobreira é o novo titular te auxiliar a administração institucional e responder pelos serviços internos da Secretaria seja no âmbito da administração de pessoal, de material e patrimônio, institucional e disciplinar. Atualmente, Fortaleza conta com 20 Promotorias dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Promotoria do Pirambu esclarece população sobre Referendo

Preocupada com as dúvidas da população residente no bairro Pirambu e adjacências acerca do Referendo que ocorreu no dia 23 de outubro, a titular da 13ª Promotoria do Juizado Especial, Promotora de Justiça Antônia Lima Sousa, realizou dias antes do pleito um debate que visou discutir sobre o assunto, buscando assim uma melhor reflexão no ato de votar.

A ação foi concretizada em parceria com o Conselho Comunitário de Apoio à Promotoria. Segundo a Promotora de Justiça foi o próprio Conselho que levou ao seu conhecimento as incertezas da população do Pirambu no tocante ao Referendo 2005.

Durante a reunião, os mais de 50 participantes ouviram os dois lados: Sim – defendido por José Airton Barreto, advogado da Co-

missão de Justiça e Paz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) e o Não – sustentado por Fátima Vilanova, membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. Na oportunidade foi simulado um referendo com a finalidade de capacitar os eleitores.

Para Dra. Antônia Lima a iniciativa gerou um maior esclarecimento aos presentes. “Tenho certeza que todos saíram da reunião mais conscientes do seu poder de voto. O debate foi muito bem absorvido, dirimindo, assim, as dúvidas”, concluiu.



Comunidade do Pirambu e o Referendo 2005

Promotoria de Orós tem iniciativa inédita em casos de penas alternativas

A Promotoria de Orós vem realizando uma atuação inédita, em nível regional. É que nas transações penais quando é determinada a pena alternativa na forma pecuniária os recursos oriundos desta decisão estão sendo direcionados a duas grandes iniciativas em prol da população do Município.

A primeira ação, que vem sendo aclamada com louvor pelos habitantes de Orós, em especial os de baixa renda, é referente ao pagamento de exame de DNA em ações de paternidade que o Ministério Público seja ou não autor da solicitação.

O procedimento é simples e rápido. Com o recurso é pago um laboratório particular situado em outro Estado brasilei-

ro para realizar o exame. Para isso, os kits são enviados via correio ao Fórum, e a coleta é realizada por um profissional de saúde do Município durante a audiência, o que agiliza o resultado, que sai no máximo em 15 dias.

De acordo com a Promotoria de Orós, se esse procedimento fosse realizado no laboratório sob a responsabilidade do Estado, a resposta do exame demoraria meses e até anos devido à grande demanda.

Por isso, para o Ministério Público local, a decisão pela prestação de serviço particular otimiza a atuação da Promotoria e facilita a vida financeira de quem necessita do exame, mas não tem recursos para se deslocar até Fortaleza.



Cadeia pública tem agora cerca elétrica

Como é grande e freqüente o número de solicitações de investigação de paternidade, já estão guardados em uma sala do Fórum alguns kits que são utilizados no momento da audiência.

A outra iniciativa importante da Promotoria foi a de redirecionar também o recurso da pena alternativa para reaparelhar a cadeia pública da cidade e instalar equipamentos de segurança, dentre eles a cerca elétrica.

ACMP promove lançamento de livros

A Associação Cearense do Ministério Público realizou em setembro lançamento de três importantes obras de associados: "**Pronunciamentos Ministeriais**", do Promotor de Justiça Tadeu Francisco Sobreira Sales; "**Jurisdicionalidade Repri-mida e Atendimento ao Público nas Promotorias de Justiça**", do Promotor de Justiça José Arteiro Soares Goiano;

"**Unidades de Conservação**", do Promotor de Justiça Manuel Adelfo de Façanha e Gonçalves.

A solenidade contou com a presença de membros da Diretoria da ACMP, do Ministério Público estadual, amigos e familiares dos autores. A abertura do evento foi realizada pelo conselheiro da ACMP, Promotor de Justiça Manuel Lima Soares Filho.



Drs. José Arteiro, Tadeu Sobreira e Manuel Adelfo

Segundo ele, a Associação, dentro de sua linha política e institucional, vem incentivando os colegas para concretização de trabalhos e pesquisas que visem o crescimento intelectual dos mesmos.

Para o 1º vice-presidente da ACMP, Promotor de Justiça Arcelino Gomes, ocasiões como essa são únicas e de grande valor para a classe ministerial.

"É com grande orgulho que recebemos nossos colegas que, sem nenhum egoísmo, dividem com todos nós o conhecimento apreendido e divulgado em suas obras", avaliou.

As obras foram apresentadas pelo Procurador de Justiça Oscar D'Alva e Souza Filho que fez um resumo de cada livro e de seus respectivos autores. De acordo com ele, a solenidade é um momento marcante na história do MP estadual. "A ACMP desde há muito tempo vem desenvolvendo uma política cultural para incentivar o lado cultural, material e intelectual dos colegas. Há na Associação um compromisso com este tipo de causa", completou.

Membros do MP Estadual participam de Curso de Tiro

Vinte e quatro membros de MP estadual participaram em setembro do Curso de Tiro de Defesa e Segurança Pessoal e do 1º Torneio Cariri de Tiro de Defesa, ambos promovidos pela Associação Cearense do Ministério Público, tendo à frente o 2º secretário da Associação, Promotor de Justiça Élder Ximenes Filho e pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará.

Os alunos foram treinados por uma equipe de instrutores

da Academia Nacional de Polícia. O encerramento do treinamento ocorreu no Comando de Tiro de Guerra do Crato, local onde também foram realizadas as aulas práticas. Estiveram presentes à solenidade autoridades da Polícia Federal.

O Curso de Tiro de Defesa e Segurança Pessoal teve

como finalidade o aprendizado dos procedimentos de segurança no manejo das armas, bem como o aperfeiçoamento e a prática responsável do tiro.



Participantes do treinamento

Revista da ACMP é premiada

A Revista "Ministério Público & Sociedade", da Associação Cearense do Ministério Público, foi a segunda colocada na premiação realizada durante Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (CONBRASCOM 2005), ocorrido em Natal. Foram 20 categorias ao todo em que participaram produtos das assessorias do STF, STJ, MPEs, TJs, TREs, TRTs, MPU, MPT e outros. A "Ministério Público & Sociedade" foi a única publicação elaborada por uma entidade de classe finalista em quaisquer das categorias. As duas outras revistas melhores colocadas foram a do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com o primeiro lugar e a do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, com a terceira colocação.



EXPEDIENTE

Jornal da ACMP

Setembro/Outubro/2005
Ano IV - Nº 17

Órgão da Associação Cearense do Ministério Público - ACMP

Presidente:

Francisco Gomes Câmara

1º Vice-presidente:

Antônio Arcelino Oliveira Gomes

2º Vice-presidente:

José Raimundo Pinheiro de Freitas

1º Secretário:

Marcos Willam Leite de Oliveira

2º Secretário:

Elder Ximenes Filho

1º Tesoureiro:

Régio Lima Vasconcelos

2º Tesoureira:

Camila Maria Oliveira Saboya

Repr. dos Prom. Interior:

Herton Ferreira Cabral

Diretor de Relações

Públicas e Imprensa:

Alfredo Leonel Chaves

Conselho Superior:

Francisca Idelária Pinheiro

Linhares / Manuel Lima Soares Filho

/ Alfredo Ricardo Holanda

Cavalcante Machado

Suplentes: Roza Lina do

Nascimento Maia / Francisco Romério

Pinheiro Landim /

Manuel Pinheiro Freitas

Jornalistas Responsáveis:

Denise Nunes - Mtb CE 01097 JP

Grazielle Albuquerque

Mtb CE 01545 JP

E-mail: imprensa@acmp-ce.org.br

Editoração Eletrônica:

Everton Viana

evertonviana@terra.com.br

Fotos:

Carlos Bentivi / Prom. Pirambu /

Prom. Orós / Prom. Crato

Tiragem:

1.500 exemplares

Endereço da Redação:

Rua Dr. Gilberto Studart,

Nº - 1.700, Papicu

CEP 60.190-750,

Fortaleza/CE

Fone/Fax

(085) 3265.4600

Projeto Gráfico:

É Propaganda - 9976.7987